



Justiça,
Cidadania
e Serviço

2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA 2025

Resultados do 1º trimestre

PAUTA



Salvador - BA
01 de julho de 2025

1. DESEMPENHO DE INDICADORES POR OBJETIVO ESTRATÉGICO (Resultados do 1º trimestre/2025)

FORTALECER A RELAÇÃO INSTITUCIONAL COM A SOCIEDADE								
	1º Tri		2º Tri		3º Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i1 – Índice de confiança no TRE-BA		Medido bienalmente						
i2 – Índice de Transparência		Medido anualmente						

PRESTAR SERVIÇO DE QUALIDADE AO PÚBLICO								
	1º Tri		2º Tri		3º Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i3 – Índice de satisfação de clientes para atendimento presencial	88%	96,07%						
i4 – Índice de satisfação de clientes para atendimento virtual	85%	91,57%						
i5 – Taxa de unidades de atendimento acessíveis	97%	96,57%						

FOMENTAR A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA								
	1º Tri		2º Tri		3º Tri		Final	

	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i6 - Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral	75	70						
i7 - Taxa de instituições de ensino alcançadas por ações de cidadania	8%	11,65%						
i8 - Taxa de pessoas capacitadas em vagas disponibilizadas a mulheres e minorias em relação às candidaturas de 2020		Medido anualmente						

AUMENTAR A AGILIDADE E A PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

	1° Tri		2° Tri		3° Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i9 - Taxa de agilidade no julgamento de processos no 1° grau	90%	99,77%						
i10 - Taxa de agilidade no julgamento de processos no 2° grau	95%	100%						
i11 - Taxa de julgamento de processos de conhecimento no 1° grau (Meta Nacional n.º 1 do Poder Judiciário/CNJ)		Não mensurado						
i12 - Taxa de julgamento de processos de conhecimento no 2° grau (Meta Nacional n.º 1 do	100%	86,12%						

Poder Judiciário/CNJ)														
i13 – Taxa de julgamento de processos antigos no 1º grau (Meta Nacional n.º 2 do Poder Judiciário/CNJ)			Não mensurado											
i14 – Taxa de julgamento de processos antigos no 2º grau (Meta Nacional n.º 2 do Poder Judiciário/CNJ)	100% (a)	100% (b)	100% (a)	100,0% (b)										
i15 – Taxa de congestionamento líquido no 1º grau	Até 33%		67,07%											
i16 – Taxa de congestionamento líquido no 2º grau	Até 35%		34,41%											

COMBATER A CORRUPÇÃO, A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E OS ILÍCITOS ELEITORAIS

	1º Tri		2º Tri		3º Tri		Final			
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado		
i17 – Taxa de julgamento dos processos que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade -1º grau (Meta Nacional n.º4 do Poder Judiciário/CNJ)		Não mensurado								

APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA E A GESTÃO ADMINISTRATIVA

	1° Tri		2° Tri		3° Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i24 – Taxa de maturidade em gestão de riscos		Não mensurado (cancelado)						
i25 – Taxa de maturidade em gestão de processos		Não mensurado (cancelado)						
i26 – Taxa de maturidade em Governança		Medido bianualmente						
i27 – Taxa de processos organizacionais mapeados, com gestão de riscos e indicadores estabelecidos		Medido anualmente						
i43 – Taxa de execução do plano de ação para disseminação de gestão de riscos e de processos		Medido anualmente						

MELHORAR A COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA

	1° Tri		2° Tri		3° Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i28 – Índice de qualidade da comunicação administrativa		Medido bienalmente						
i45 – Grau de consciência estratégica do TRE-BA		Medido anualmente						

PROMOVER A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

	1° Tri		2° Tri		3° Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i29- Índice de desempenho de sustentabilidade - IDS		Medido anualmente						
i30 – Taxa de alcance das metas do Plano de Logística Sustentável		Medido anualmente						

APRIMORAR A GESTÃO DE PESSOAS

	1° Tri		2° Tri		3° Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i31 – Taxa de pesquisa de clima organizacional		Medido bienalmente						

i32 – Índice de Governança e Gestão de Pessoas (iGovPessoas/iESGo-TCU)		Medido bienalmente						
i46 - Taxa de ausência de servidores efetivos por motivo de saúde própria (TASE)		Medido anualmente						

PROMOVER A MELHORIA CONTÍNUA DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO DE TIC

	1° Tri		2° Tri		3° Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i33 – Taxa de satisfação dos usuários de TIC		Medido anualmente						
i34 – Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura (iGovTIC-JUD)		Medido anualmente						
i35 – Índice de execução do PDTIC		Medido anualmente						
i36 – Índice de Adesão à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD		Medido anualmente						

i37 – Índice de Adesão a Pesquisas de Satisfação Padronizada (indicador do ENTIC-JUD/CNJ)		Medido anualmente						
---	--	--------------------------	--	--	--	--	--	--

APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

	1° Tri		2° Tri		3° Tri		Final	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i38 – Taxa de aderência da execução ao planejamento orçamentário		Medido anualmente						
i39 – Taxa de execução financeira		Medido anualmente						
i40 – Taxa de evolução da liquidação da despesa		Medido anualmente						
i41 – Taxa de liquidação dos créditos destinados às iniciativas estratégicas		Medido anualmente						
i42 – Taxa de inscrição em restos a pagar		Medido anualmente						

Legenda

Meta alcançada 	Meta não alcançada 	Não mensurado 
---	---	--

2. DELIBERAÇÕES

2.1. OBJETIVO: PRESTAR SERVIÇO DE QUALIDADE AO PÚBLICO

✓ Proposta de prorrogação do período de execução da ação a18. Aprimorar a acessibilidade digital na intranet e internet institucionais (SEI 0004266-39.2023.6.05.8000).

Período de execução	
DE	PARA
2023.2 a 2025.1	2023.2 a 2025.2

Justificativa: A SPR/ASSINC (docs. 3349967 e 3355257) propõe uma nova prorrogação do período de execução da a18 até novembro de 2025, para viabilizar a conclusão das Entregas 2 (Realização de campanha para divulgação do Guia de boas práticas de acessibilidade digital) e 3 (Instituir rotinas para que as unidades produtoras e publicadoras verifiquem se o conteúdo disponibilizado na intranet e internet institucionais possuem, em sua maioria, índice de acessibilidade acima de 85%).

Argumenta que as entregas não foram realizadas no prazo, em razão da complexidade técnica do tema, do reduzido quadro de servidores e do acúmulo de demandas.

A proposta conta com a anuência da COPEG/SEGOVE (doc. 3360759), que recomenda a sua prorrogação até **2025.2**, para preservar o padrão utilizado na definição do ciclo das iniciativas estratégicas.

2.2. OBJETIVO: FOMENTAR A EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

✓ Proposta de aumento das metas do indicador i7 - Taxa de instituições de ensino alcançadas por ações de cidadania (SEI 0004476-22.2025.6.05.8000).

Metas	
DE	PARA
2025: 8%	2025: 15%
2026: 10%	2026: 20%

Justificativa: Como a meta do indicador para 2026 (10%), último ano do ciclo estratégico, foi antecipadamente alcançada em 2024 (11,24%), a COPEG/SESTAT (doc. 3254295) recomendou à Escola Judiciária Eleitoral (EJE) a definição de novas metas para 2025 e 2026.

Nesse sentido, a EJE/SEPRI (doc. 3325476) sugere a meta de 15% para 2025, por se tratar de ano não eleitoral, com menor volume de demandas, e a meta de 20% para 2026, quando deverá intensificar as visitas às escolas, em virtude de ser ano de Eleição.

A proposta conta com a anuência da COPEG/SESTAT (doc. 3334707).

✓ Proposta de aumento das metas do indicador i8 - Taxa de pessoas capacitadas em vagas disponibilizadas a mulheres e minorias em relação às candidaturas de 2020 (SEI 0004501-35.2025.6.05.8000).

Metas	
DE	PARA
2025: 2%	2025: 3,5%
2026: 2,5%	2026: 4%

Justificativa: Como a meta do indicador para 2026 (2,5%), último ano do ciclo estratégico, foi antecipadamente alcançada em 2024 (3,05%), a COPEG/SESTAT (doc. 3254948 e 3335022) e a EJE/SESTE (doc. 3345862) propõem a meta de 3,5% para 2025 e a meta de 4% para 2026.

2.3. OBJETIVO: AUMENTAR A AGILIDADE E A PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

✓ Proposta de alteração da fórmula de cálculo do indicador *i15 - Taxa de congestionamento líquido no 1º grau* (doc. 3315237, SEI 0006595-53.2025.6.05.8000).

Fórmula de Cálculo	
DE	PARA
$TCL = \frac{Cp - CpExtFisc1 - SusNFisc}{T Baix - T BaixExtFisc1 + Cp - CpExtFisc1 - SusNFisc}$ <p>Onde: Cp – Total de casos pendentes CpExtFisc1 – Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau SusNFisc – Total de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, exceto os processos de Execução Fiscal T Baix – Total de processos baixados T BaixExtFisc1 – Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau</p> <p>Obs1: Indicador da Estratégia Nacional do Poder Judiciário – 2021/2026. Obs2: São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais. Obs3: A meta do ciclo será definida após a primeira medição, em 2022.</p>	$TCL = \frac{Cp - Sus}{T Baix + Cp - Sus}$ <p>Onde: Cp – Total de casos pendentes Sus – Total de processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório T Baix – Total de processos baixados</p> <p>Obs1: Indicador da Estratégia Nacional do Poder Judiciário – 2021/2026. Obs2: São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais. Obs3: A meta do ciclo será definida após a primeira medição, em 2022.</p>

Justificativa: A SPR/COJUR (doc. 3315237), com a anuência da SCR/COAJUC (doc. 3316530), propõe a alteração da fórmula de cálculo do indicador. A mudança não altera o resultado da sua medição, apenas simplifica a sua fórmula, que, de fato, já não considera os processos de execução fiscal e os exclui do cálculo final.

De acordo com as unidades, a proposta está em conformidade com a Resolução CNJ n.º 76/2009.

2.4. OBJETIVO: COMBATER A CORRUPÇÃO, A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E OS ILÍCITOS ELEITORAIS

✓ Ratificação da aprovação da 3ª versão do Plano de Integridade 2021-2026 (doc. 3252856, SEI 0002943-28.2025.6.05.8000).

Justificativa: Compete ao Conselho de Governança aprovar o Plano de Integridade, razão pela qual a SPL solicita a apreciação do referido documento, nos termos do art. 10, §5º, da Resolução Administrativa n.º 38/2018.

2.5. OBJETIVO: APERFEIÇOAR A GOVERNANÇA E A GESTÃO ADMINISTRATIVA

✓ Aprovação da 5ª versão atualizada do Plano de Gestão de Riscos-Chave (PGRC) (docs. 3378924 e 3379191, SEI 0002670-49.2025.6.05.8000) e do correspondente Relatório de Monitoramento (doc. 3308613).

Justificativa: Compete ao Conselho de Governança aprovar o Plano de Gestão de Riscos-Chave (PGRC) e o correspondente Relatório de Monitoramento, razão pela qual a SPL solicita a apreciação dos referidos documentos, nos termos do art. 13, VIII c/c art. 14, III, da Resolução Administrativa n.º 16/2018.

2.6. OBJETIVO: PROMOVER A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

✓ Proposta de redução da meta do indicador *i30 - Taxa de alcance das metas do Plano de Logística Sustentável* (SEI 0004515-19.2025.6.05.8000)

Meta	
DE	PARA
2026: 100%	2026: 60%

Justificativa: A proposta da SPR/ASSINC (doc. 3344265) baseia-se na ampliação da área construída e ocupada pelo TRE-BA, o que impacta diretamente o consumo de água/esgoto e energia elétrica, bem como na resistência à redução ou eliminação do consumo de água mineral em embalagem descartável.

Diante desse cenário, a unidade entende que uma meta de 60% em 2026 (ano eleitoral) seria bastante desafiadora, já que significaria alcançar as metas de 3 dos 5 temas relacionados ao indicador.

A proposta conta com a anuência da COPEG/SESTAT (doc. 3355711).

2.7. OBJETIVO: APRIMORAR A GESTÃO DE PESSOAS

✓ Proposta de adequação da ficha técnica do Projeto *p5- Desenvolvimento e implantação de plano de sucessão para as funções chaves do TRE-BA* (SEI 0004087-71.2024.6.05.8000).

Justificativa: A SGP/COEDE (doc. 3349567), com o objetivo de tornar mais precisa a definição do projeto, seu objetivo e suas entregas, propõe a alteração na ficha técnica dos itens: **título, breve descrição e entregas**, conforme a tabela abaixo.

A proposta conta com a anuência da COPEG/SEGOVE (doc. 3356404), considerando que busca tornar mais efetiva a definição dos objetivos e do escopo do projeto, de modo a garantir melhor

alinhamento com as diretrizes de governança pública estabelecidas pelo TCU e apresentadas no iESGo 2024.

Título do Projeto	
DE Desenvolvimento e implantação de plano de sucessão para as funções chaves do TRE-BA	PARA Desenvolvimento e implantação de plano de sucessão para as ocupações críticas do TRE-BA
Breve descrição	
DE Projeto que pretende desenvolver e implantar plano de sucessão para as posições/funções chaves do Tribunal. Inclui estímulo aos processos de trabalho a partir de ambientes e ferramentas colaborativos e desenvolvimento de práticas de qualificação técnica e comportamental, visando à implementação de uma cultura de gestão ágil e adaptativa.	PARA Projeto que pretende desenvolver e implantar plano de sucessão para as ocupações críticas do Tribunal. Este projeto visa garantir a continuidade dos processos organizacionais, através da identificação, desenvolvimento e preparação de talentos internos para as ocupações críticas.
Entregas	
DE <u>Entrega 1:</u> Posições/funções chaves mapeadas. <u>Entrega 2:</u> Substitutos definidos. <u>Entrega 3:</u> Competências dos substitutos desenvolvidas. <u>Entrega 4:</u> Desempenho dos substitutos em preparação, monitorado e avaliado.	PARA <u>Entrega 1:</u> Ocupações críticas identificadas. <u>Entrega 2:</u> Roteiro para elaboração de plano de sucessão para as ocupações críticas. <u>Entrega 3:</u> Plano de sucessão para uma ocupação crítica identificada. <u>Entrega 4:</u> Ações educacionais para assegurar a disponibilidade de sucessores(as) qualificados(as) para uma ocupação crítica identificada e para a qual tenha sido elaborado plano de sucessão.